

 <small>Agência Nacional de Aviação Civil - Brasil</small>	DECISÃO	JR
--	---------	----

Nº PROC. ADM.: 60830.009015/2007-77	Nº PROC.: 624.038/10-0
Nº – DATA AI/NI: 249/ANAC-GL2/07 – 14/05/2007	
NOME DO INTERESSADO: VRG LINHAS AÉREAS S/A	
Nº – DATA ISR/RO: 293/ANAC-GL/07 – 27/04/2007	
PASSAGEIRO: Luiz Fernando Dockhorn de Oliveira	
RELATOR: Renata de Albuquerque de Azevedo – Matrícula 1766164	

RELATÓRIO

Trata-se de recurso interposto pela VRG LINHAS AÉREAS S/A, face à decisão de primeira instância, proferida no Processo Administrativo nº 60830.009015/2007-77, originado do AI nº 249/ANAC-GL2/07, de 14/05/2007 (fls. 03), em decorrência de reclamação efetuada por meio do ISR nº 293/ANAC-GL/07, pelo passageiro Luiz Fernando Dockhorn de Oliveira, em 27/04/2007 (fls. 01).

A infração foi enquadrada na **alínea “n” do inciso III do art. 302 do CBA - Código Brasileiro de Aeronáutica** (fls. 03), devido à Empresa ter **descumprido o contrato de transporte com o passageiro, ao atrasar a partida do voo 1892, de 27/04/2007, trecho Galeão RJ-Porto Alegre, das 15h25, sem motivo justificado, não observando, sem justa causa, os horários aprovados.**

Em Relatório e na Apuração de ISR (fls. 02 e 04), a fiscalização desta ANAC confirma o atraso do voo em mais de 4 (quatro) horas e que este atraso não se deu por problemas técnicos ou meteorológicos. Informa, ainda, que a Empresa não se manifestou sobre o fato ocorrido, nem respondeu à fiscalização quanto às providências adotadas.

Regularmente notificada, a Empresa autuada apresentou defesa de forma intempestiva (fls. 07), informando que o voo G3 1892, de 27 de abril, sofreu atraso de 2h55 devido ao atraso em rota, ocasionado por condições meteorológicas adversas nos aeroportos de Porto Velho, Rio Branco e Santos Dumont. Por fim, menciona o que preconiza o art. 22 da Portaria ANAC 676/GC-5.

Em Parecer, de 22/06/2009 (fls. 08), a Junta de Julgamento assinala o enquadramento incorreto da infração na **alínea “n” do inciso III do art. 302 do CBA** e solicita que sejam efetuadas gestões no sentido de convalidar a alteração do enquadramento para **alínea “p” do inciso III do art. 302 do CBA.**

Dessa forma, conforme Ofício, de 30/11/2009 (fls. 09), a alteração do enquadramento é convalidada e é concedido um novo prazo de 20 (vinte) dias para que a Empresa apresente suas justificativas e informações para defesa.

Novamente notificada em 15/12/2009 (fls. 09 - verso), a Empresa autuada não apresentou defesa.

Em decisão motivada de primeira instância (fls. 10 e 11), após apontar a ausência de

RELATÓRIO

defesa, foi confirmado o ato infracional, enquadrando a infração na **alínea “p” do inciso III do art. 302 do CBA**, e aplicando, sem atenuante e/ou agravante, a multa no valor de **R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**.

Notificada a empresa em 07/06/2010 (fls. 12).

Em grau recursal (fls. 13), a Empresa reitera as informações apresentadas anteriormente, que o voo G3 1892, de 27 de abril, sofreu atraso de 2h55 devido ao atraso em rota, ocasionado por condições meteorológicas adversas nos aeroportos de Porto Velho, Rio Branco e Santos Dumont. Menciona, ainda, o que preconiza o art. 22 da Portaria ANAC 676/GC-5. Por fim, solicita o cancelamento da multa imputada.

Conforme Despacho, de 18/06/2010 (fls. 14), foi certificado que o recurso interposto pelo interessado é tempestivo e seguiu para julgamento pela Junta Recursal.

É o Relatório.

VOTO DO RELATOR

ASSUNTO: Atraso de voo, acomodação em mais de quatro horas – alínea “p” do inciso III do art. 302 do CBA.

Recurso interposto tempestivamente, conforme despacho de fls. 14.

Diante da infração do processo administrativo em questão, a autuação foi realizada com fundamento na **alínea “p” do inciso III do art. 302 do CBA**, Lei nº 7.565, de 19/12/1986, que dispõe o seguinte:

Art. 302. A multa será aplicada pela prática das seguintes infrações:

(...)

III – infrações imputáveis à concessionária ou permissionária de serviços aéreos:

(...)

p) deixar de transportar passageiro com bilhete marcado ou com reserva confirmada ou, de qualquer forma, descumprir o contrato de transporte;

Conforme autos, a Empresa deixou efetivamente de transportar o passageiro com bilhete marcado ou com reserva confirmada no seu voo original e no horário previsto, descumprindo, assim, o contrato de transporte. Dessa forma, o fato exposto se enquadra ao descrito no referido dispositivo.

Com efeito, sobre contrato de transporte de passageiro prevê o **Código Brasileiro de Aeronáutica, em seu art. 230 e 231**:

Art. 230. Em caso de atraso da partida por mais de 4 (quatro) horas, o transportador providenciará o embarque do passageiro, em voo que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, se houver, ou restituirá, de imediato, se o passageiro o preferir, o valor do bilhete de passagem.

Art. 231. Quando o transporte sofrer interrupção ou atraso em aeroporto de escala por período superior a 4 (quatro) horas, qualquer que seja o motivo, o passageiro poderá optar pelo endosso do bilhete de passagem ou pela imediata devolução do preço.

Parágrafo único. Todas as despesas decorrentes da interrupção ou atraso da viagem, inclusive transporte de qualquer espécie, alimentação e hospedagem, correrão por conta do transportador contratual, sem prejuízo da responsabilidade civil.

VOTO DO RELATOR

Cumpre assinalar que o Código Brasileiro de Aeronáutica considera em seu art. 256, em relação à responsabilidade por dano a passageiro, a seguinte redação:

Art. 256. O transportador responde pelo dano decorrente:

I - de morte ou lesão de passageiro, causada por acidente ocorrido durante a execução do contrato de transporte aéreo, a bordo de aeronave ou no curso das operações de embarque e desembarque;

II - de atraso do transporte aéreo contratado.

Cabe ainda mencionar que a **Portaria nº 676/GC-5, de 13/11/2000**, que aprova as Condições Gerais de Transporte, na disciplina sobre Contrato de Transporte, em seu **art. 22**, propõe idêntico tratamento para as situações elencadas como **cancelamento, atraso de voo ou preterição por excesso de passageiros**. Dessa forma, nas situações assim identificadas, o mencionado ato normativo indica que a empresa aérea deverá no prazo máximo de 4 (quatro) horas acomodar os passageiros com reserva confirmada em outro voo, próprio ou de congênere. Contudo, não sendo realizada a acomodação em outro voo, cabe ao passageiro optar entre viajar em outro voo ou obter endosso ou reembolso do bilhete de passagem. O mesmo tratamento deve ser dado se a hipótese for de interrupção ou atraso superior a 4 (quatro) horas em aeroporto de escala. Segue a redação do citado ato normativo:

Art. 22. Quando o transportador cancelar o voo, ou este sofrer atraso, ou, ainda, houver preterição por excesso de passageiros, a empresa aérea deverá acomodar os passageiros com reserva confirmada em outro voo, próprio ou de congênere, no prazo máximo de 4 (quatro) horas do horário estabelecido no bilhete de passagem aérea.

§ 1º Caso este prazo não possa ser cumprido, o usuário poderá optar entre: viajar em outro voo, pelo endosso ou reembolso do bilhete de passagem.

§ 2º Caso o usuário concorde em viajar em outro voo do mesmo dia ou do dia seguinte, a transportadora deverá proporcionar-lhe as facilidades de comunicação, hospedagem e alimentação em locais adequados, bem como o transporte de e para o aeroporto, se for o caso.

§ 3º Aplica-se, também, o disposto neste artigo e seus parágrafos quando o voo for interrompido ou sofrer atraso superior a 4 (quatro) horas em aeroporto de escala.

Por fim, cabe ressaltar que o **Código Brasileiro de Aeronáutica** dispõe, em seu **art. 295** que a multa será imposta de acordo com a gravidade da infração. Nesse sentido, a Resolução nº 25/2008, que dispõe sobre o processo administrativo para a apuração de infrações e aplicação de penalidades no âmbito da competência da Agência Nacional de Aviação Civil determina em seu **art. 22** que sejam consideradas as circunstâncias agravantes e atenuantes na imposição da penalidade pecuniária.

Quanto às questões de fato

Quanto ao presente fato, em 27/04/2007, o passageiro teve seu voo 1892 atrasado (trecho Galeão RJ-Porto Alegre). A fiscalização desta ANAC confirma o atraso acima do limite legal de 4 (quatro) horas e informa que este atraso não se deu por problemas técnicos ou meteorológicos. Ademais, relata que a Empresa não respondeu à fiscalização quanto às providências tomadas diante do ocorrido.

Dessa forma, de fato, houve a comprovação do ato infracional, causando transtornos ao passageiro e infringindo a legislação vigente, ficando, assim, a empresa sujeita a aplicação de sanção administrativa.

VOTO DO RELATOR

Quanto às alegações da Empresa

A Empresa alega, em sede recursal, que o voo G3 1892, de 27 de abril, sofreu atraso em rota de 2h55 horas, ocasionado por condições meteorológicas adversas nos aeroportos de Porto Velho, Rio Branco e Santos Dumont. Menciona, ainda, o que preconiza o art. 22 da Portaria nº 676/GC-5.

Contudo, a Empresa não traz aos autos qualquer comprovação que possa excluir sua responsabilidade quanto ao ato infracional praticado.

Ademais, a Lei nº 9784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, em seu art. 36, dispõe a redação que segue:

Art. 36 Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para instrução e do disposto no art. 37 desta Lei.

Dessa forma, as alegações da Empresa não podem servir para afastar a aplicação da sanção administrativa nem tão mesmo para atenuação da pena quanto ao ato infracional praticado.

Quanto ao enquadramento da infração e valor da multa aplicada

Pelo exposto, houve, de fato, violação à legislação que regula o contrato de transporte aéreo, com a prática de infração prevista na **alínea “p” do inciso III do art. 302 do CBA**.

Nesse contexto, é válido observar que o valor da multa imposta pela autoridade competente – **R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**, foi fixada dentro dos limites previstos na norma vigente à época do fato (IAC 012-1001) e de acordo com o valor médio previsto na Resolução nº 25/2008, o qual, atualmente, é utilizado nos casos em que não existem agravantes, nem atenuantes, ou quando estas se compensam, e conforme o disposto no art. 57 da Instrução Normativa ANAC nº 08/2008, indicando que a penalidade de multa será calculada a partir do valor intermediário.

Nesse sentido, considerando nos autos a inexistência de circunstâncias atenuantes e/ou agravantes, **a multa deve ser mantida** em seu grau médio, no valor de **R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**.

Voto

Dessa forma, voto por **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, mantendo, assim, o valor da multa aplicada pela decisão de primeira instância administrativa no valor de **R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**.

É como voto.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2010.

RENATA DE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO

Membro da Junta Recursal da ANAC

Matrícula 1766164

 <small>Agência Nacional de Aviação Civil - Brasil</small>	<h1 style="margin: 0;">CERTIDÃO DE JULGAMENTO</h1>	<h2 style="margin: 0;">JR</h2>
--	--	--------------------------------

AUTUAÇÃO

Nº PROC. ADM: 60830.009015/2007-77	Nº PROC.: 624.038/10-0
Nº – DATA AI/NI: 249/ANAC-GL2/07 – 14/05/2007	
NOME DO INTERESSADO: VRG LINHAS AÉREAS S/A	
Nº – DATA ISR/RO: 293/ANAC-GL/07 – 27/04/2007	
PASSAGEIRO: Luiz Fernando Dockhorn de Oliveira	
RELATOR: Renata de Albuquerque de Azevedo – Matrícula 1766164	
PRESIDENTE DA SESSÃO: Ângela Onzi Rizzi – Matrícula 1585088	
ASSUNTO: Atraso de voo, acomodação em mais de quatro horas – alínea “p” do inciso III do art. 302 do CBA	

CERTIDÃO

Certifico que a Junta Recursal da AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Junta, por unanimidade, negou provimento ao recurso, mantendo a multa aplicada pela decisão de primeira instância administrativa, nos termos do voto do Relator.

O Membro Julgador, Sergio Luís Pereira Santos, e a Presidente da Junta Recursal, Ângela Onzi Rizzi, votaram com o Relator.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2010.

ÂNGELA ONZI RIZZI
 PRESIDENTE DA JUNTA RECURSAL

 <small>Agência Nacional de Aviação Civil - Brasil</small>	DESPACHO	JR
--	-----------------	-----------

Nº PROC. ADM.: 60830.009015/2007-77	Nº PROC.: 624.038/10-0
Nº – DATA AI/NI: 249/ANAC-GL2/07 – 14/05/2007	
NOME DO INTERESSADO: VRG LINHAS AÉREAS S/A	
Nº – DATA ISR/RO: 293/ANAC-GL/07 – 27/04/2007	
PASSAGEIRO: Luiz Fernando Dockhorn de Oliveira	

Encaminhe-se à Secretaria da Junta Recursal para as providências de praxe.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2010.

ÂNGELA ONZI RIZZI
 PRESIDENTE DA JUNTA RECURSAL